

HABEAS CORPUS Nº 508.712 - DF (2019/0127861-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : FERNANDO ANTÔNIO CALMON REIS - DF008161
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITORIOS
PACIENTE : LEONARDO DA SILVA BASTOS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de LEONARDO DA SILVA BASTOS no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 6 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e pagamento de 16 dias-multa, pela prática do delito descrito no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação desprovido em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 9/10):

ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA CRIME DE FURTO. IMPOSSIBILIDADE. DOSIMETRIA DA PENA. ANOTAÇÕES ANTERIORES ANTECEDENTES. PERSONALIDADE. ANÁLISE DESFAVORÁVEL. EXCLUSÃO. IMPOSSIBILIDADE. CONDENAÇÕES ANTERIORES.

I - Inviável a desclassificação do crime de roubo para o de furto quando o acervo probatório demonstra que os réus empregaram grave ameaça, ao simular estarem armados, o que se revelou como eficaz para subtrair os pertences das vítimas.

II - Nos crimes contra o patrimônio, a palavra da vítima, quando firme e coerente, reveste-se de relevante e precioso valor probatório, mormente quando corroborada por outros elementos de prova.

III - O depoimento prestado por policial na qualidade de testemunha tem valor probatório, porquanto goza de fé pública e é apto a embasar a condenação se coeso com as demais provas dos autos.

IV - A existência de várias condenações com trânsito em julgado anterior à data do fato que se examina possibilita a valoração negativa dos antecedentes, da personalidade e da reincidência, desde que com

respaldo em anotações penais distintas, para não implicar no indesejável bis in idem.

Precedentes.

V - Recursos conhecidos e desprovidos.

Na presente impetração, a defesa pugna pelo redimensionamento da pena na primeira fase da dosimetria, ao argumento de que a utilização de condenações anteriores não se revela idônea para a negatização da circunstância judicial da personalidade.

Parecer pela concessão da ordem, nos termos da ementa ora transcrita (e-STJ fl. 56):

HABEAS CORPUS. ROUBO. DOSIMETRIA. PENA-BASE. VALORAÇÃO NEGATIVA DA PERSONALIDADE DO AGENTE. PACIENTE QUE OSTENTA MÚLTIPLAS CONDENAÇÕES DEFINITIVAS. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. DECOTE DA VETORIAL. CONCESSÃO DA ORDEM DE OFÍCIO.

1. A apresentação de habeas corpus como substitutivo de recurso próprio, embora descabida, é indiretamente autorizada pelas Cortes Superiores, quando se impõe a verificação, na quase totalidade dos casos, da possibilidade de concessão da ordem de ofício.

2. As condenações transitadas em julgado não constituem fundamentos idôneos para se inferir a personalidade do agente voltada a prática criminosa ou até mesmo para certificar sua conduta social como inadequada. Precedentes.

3. A Terceira Seção do STJ firmou entendimento no sentido de que "[E]ventuais condenações criminais do réu transitadas em julgado e não utilizadas para caracterizar a reincidência somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização também para desvalorar a personalidade ou a conduta social do agente. Precedentes da Quinta e da Sexta Turmas desta Corte". (EAREsp 1311636/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/04/2019, DJe 26/04/2019) 4. Parecer pela concessão da ordem de habeas corpus de ofício, nos termos da fundamentação.

É, em síntese, o relatório.

Busca-se, com a presente impetração, o redimensionamento da pena na

primeira fase da operação dosimétrica, ao argumento de que a utilização de condenações anteriores não se revela idônea para a negatização da circunstância judicial da personalidade.

Com efeito, em recente decisão a Terceira Seção desta Corte Superior firmou a compreensão de que "*eventuais condenações criminais do réu transitadas em julgado e não utilizadas para caracterizar a reincidência somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização também para desvalorar a personalidade ou a conduta social do agente*" (EAREsp n. 1.311.636/MS, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/4/2019, DJe 26/4/2019).

No voto condutor do julgado foi consignado que:

Entretanto, recentemente a Quinta Turma desta Corte passou a defender que eventuais condenações criminais do réu transitadas em julgado e não utilizadas para caracterizar a reincidência somente podem ser valoradas, na primeira fase da dosimetria, a título de antecedentes criminais, não se admitindo sua utilização também para desvalorar a personalidade ou a conduta social do agente.

A uma, porque a técnica penal define diferentemente cada uma das circunstâncias judiciais descritas no art. 59 do Código Penal.

Com efeito doutrina, ao esmiuçar os elementos constituintes das circunstâncias judiciais constantes do art. 59 do Código Penal, enfatiza que a conduta social e a personalidade do agente não se confundem com os antecedentes criminais, porquanto gozam de contornos próprios – referem-se ao modo de ser e agir do autor do delito –, os quais não podem ser deduzidos, de forma automática, da folha de antecedentes criminais do réu.

Trata-se da atuação do réu na comunidade, no contexto familiar, no trabalho, na vizinhança (conduta social), do seu temperamento e das características do seu caráter, aos quais se agregam fatores hereditários e socioambientais, moldados pelas experiências vividas pelo agente (personalidade social). [...]

Com tudo isso em mente, é possível concluir que constitui, no mínimo, uma atecnia entender que condenações transitadas em julgado refletem negativamente na personalidade ou na conduta social do agente.

Isso sem contar que é dado ao julgador atribuir o peso que achar mais conveniente e justo a cada uma das circunstâncias judiciais, o que lhe permite valorar de forma mais enfática os antecedentes criminais do réu com histórico de múltiplas condenações definitivas.

Exsurge, daí, a necessidade de que o magistrado colha, quando da instrução processual, elementos concretos suficientes para a valoração de cada uma das circunstâncias judiciais, reservando à circunstância judicial dos antecedentes a análise da folha criminal, momento em que o histórico de múltiplas condenações definitivas do réu pode ser valorado de forma mais enfática.

Nessa alheta, ante o novel entendimento externado por ambas as Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte Superior, o acórdão recorrido realmente merece reparo, para que seja excluída a valoração negativa da vetorial personalidade do agente da primeira etapa da operação dosimétrica.

Passo à nova dosimetria da pena do paciente.

Na primeira fase, ante a valoração negativa dos maus antecedentes do paciente, fixo a pena-base no montante de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 11 (onze) dias-multa.

Na segunda fase da individualização da pena, "presente a atenuante da confissão espontânea, assim como a agravante da reincidência. Por entender que tais circunstâncias se compensam, mantenho a pena no patamar anteriormente fixado" (e-STJ fl. 40).

"Na terceira fase da individualização da pena, não existe causa de diminuição. Presente a causa de aumento relativa ao concurso de agentes, razão pela qual exaspero a pena em 1/3 (um terço)" (e-STJ fl. 40), tornando-a definitiva em 6 (seis) anos de reclusão e 14 (catorze) dias-multa.

Tal o contexto, **concedo a ordem de habeas corpus** para valorar de forma negativa, na primeira fase da dosimetria da pena, unicamente a vetorial dos maus antecedentes e fixar a pena do paciente em **6 (seis) anos de reclusão e 14 (catorze) dias-multa**, ficando incólume, em todo o mais, o acórdão objurgado (e-STJ fls. 9/29).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator